

“Não Pago” revolucionou o transporte público

Movimento tem lutado pelo transporte coletivo de qualidade na capital sergipana e a cada ato ganha mais adesões

O Movimento “Não Pago” já existe há dois anos e alcançou muitas vitórias a favor da melhoria da realidade do transporte público em Aracaju. Além de estudantes, compõem o movimento advogados, comunicadores e economistas junto a centrais sindicais e partidos da Frente de Esquerda. O Jornal Correio de Sergipe (CS) entrevistou um dos coordenadores do Movimento, Demétrio Varjão, que discorreu sobre a trajetória do grupo desde o motivo que os levaram a integrar-se até as conquistas alcançadas. Ele lembra que o Movimento surgiu da carência de representantes que lutassem por um serviço de qualidade no transporte público.

“A partir da luta contra o aumento da passagem, era necessário formar um grupo que estudasse profundamente sobre o transporte público. Em 2011, integramos cerca de seis pessoas, mas a quantidade foi crescendo à medida que se consolidava nossa proposta de representar a população e proporcional à seriedade do próprio Movimento, que não se resume apenas para brigar contra o aumento de tarifa, mas em tudo que envolve a problemática do transporte público. Todos sabem que nós trabalhamos com laudos técnicos, estudando as necessidades deste setor. Enxergamos o transporte público como algo fundamental. Infelizmente, as leis municipais existentes não são cumpridas pelas empresas de ônibus como passe-livre para desempregados por dois meses, 1/3 da redução da passagem para estudantes e a capacidade máxima para 80 usuários. Enfim, a população merece respeito.

Demétrio Varjão destaca que as primeiras manifestações, assim que iniciou o Movimento Não Pago, em 2011, contavam com um público em torno de seis pessoas. Hoje, segundo ele, o movimento é composto por aproximadamente 30 militantes e a coordenação por 20 voluntários. Ele calcula que o número de pessoas que seguem o movimento nos atos é cada vez maior. “É algo muito positivo. Nós enxergamos essa adesão dos cidadãos com naturalidade, já que a questão do transporte público é algo sensível que afeta a todos. A adesão da população mostra que está havendo um aprofundamento da consciência crítica, da con-

cepção na construção da cidadania e uma necessidade de questionar a forma como a sociedade

MOVIMENTO SURTIU DA CARÊNCIA DE REPRESENTANTES QUE LUTASSEM POR UM TRANSPORTE PÚBLICO EFICIENTE

está sendo explorada através do valor abusivo do transporte sem nenhuma retribuição. Quanto mais elevam o preço da tarifa, mais reduz a qualidade e atenção. Naturalmente as pessoas vão querer se juntar a um grupo que luta por uma melhoria desse serviço porque elas estão despertando para protestar por direitos e justiça social. Isso pôde ser comprovado na primeira grande manifestação em junho, na qual abocanhamos em torno de 40 mil pessoas. Foi um acontecimento histórico. Inclusive nos outros protestos, embora a quantidade de pessoas tenha diminuído, a expressão por mudanças a favor de uma reforma gerencial eram notáveis. Só se obtém conquistas por meio de mobilizações”, salienta.

• Melhoria para todos

Para o advogado Luiz Gustavo Fontes, outro coordenador do Movimento Não Pago, se houvesse um transporte público de qualidade, o benefício não viria só para quem o utiliza, mas sim toda a população. “Se houvesse um transporte digno, a população seria atraída a utilizá-la, deixando o seu veículo em casa. Isso não é nenhuma utopia, pois em grandes cidades no mundo, onde há preocupação com a mobilidade urbana, as pessoas deixam de utilizar os seus carros para ir ao trabalho de ônibus ou metrô. A existência de um transporte público de qualidade descongestiona o trânsito. Um único ônibus de qualidade pode fazer com que dezenas de carros parem de circular. Se cada passageiro utilizasse seu próprio veículo, o espaço tomado em cada rua seria maior”, relata. O advogado explica que na maioria das vezes os governantes investem milhões em obras faraônicas, que só funcionarão como paliativos para desa-

fogar o trânsito. “Colocam sempre a necessidade do poder público em construir avenidas cada vez mais largas e viadutos. No entanto, são paliativos e não resolvem o problema da mobilidade. Além de gastar mais dinheiro para criar essas novas vias, o poder público só incentiva a população a comprar mais carros, tornando a situação mais complicada. Nós achamos que o transporte individual não deveria ser priorizado e sim aquele que possa garantir uma melhor mobilidade das pessoas”, esclarece Gustavo.

Ele resalta que tal priorização do transporte individual acontece em todos os níveis do poder público. “O governo federal, ao reduzir os impactos da crise econômica mundial que chega ao Brasil, resolveu retirar o IPI dos carros. Isso pode ser bom no ponto de vista econômico, pois auxilia no consumo e na manutenção da produção, mas do ponto de vista da mobilidade é muito ruim, pois isso é um incentivo para que as pessoas comprem mais carros, que irão encher mais ainda as ruas”, diz.

• Vitórias

De acordo com Demétrio Varjão, o que mais faz o Movimento se sentir vitorioso é ter conseguido conscientizar a população a questionar o panorama do transporte público. “Em 2012, não houve o aumento da passagem, pois ela foi congelada. Aquela foi uma conquista de toda a pressão popular, apesar de ter tido uma questão política também envolvida. Foram vários atos promovidos por nosso movimento e por outras entidades, os quais forçaram o prefeito da época, Edvaldo Nogueira, a pensar qual seria o reflexo da passagem para a população, levando também em consideração que era um ano eleitoral”, lembra.

Demétrio recorda também que a pressão feita ao Ministério Público Estadual (MPE) fez com que o órgão agisse em favor da população no sentido da mobilidade urbana. “No início deste ano, nós fomos ao Ministério Público e levamos uma denúncia contendo todas as fraudes que tínhamos conhecimento na época, levando em consideração todas as leis municipais relativas ao transporte público que nunca foram cumpridas. Expomos a questão da passagem, que é aumentada todos os anos acima da inflação, e a questão da frota sucateada. Depois

de pressionarmos muito o Ministério Público, este órgão resolveu fazer um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com a SMTT, proibindo que circulem em Aracaju ônibus com mais de sete anos de uso. Os veículos foram retirados também graças a nossa pressão, pois toda semana a gente ia atrás do promotor”, ressalta.

A vitória mais recente do grupo aconteceu na última quarta-feira, 10, quando a Juíza Simone de Oliveira Fraga emitiu uma liminar obrigando a Prefeitura de Aracaju a retornar a passagem ao valor anterior de R\$2,25. Tal decisão ocorreu após o judiciário analisar o estudo feito pelo Movimento Não Pago em cima da planilha de custos do Setransp. “Foi uma ação cautelar que tínhamos proposto há um mês, levando para a justiça o lado econômico com a denúncia das irregularidades da planilha. Com isso, conseguimos suspender o aumento e a passagem voltou ao antigo valor de R\$2,25. Só que nós queremos mais. Queremos reduzir a passagem para R\$1,92. Continuaremos lutando por um transporte público de qualidade que respeite o cidadão e contra a máfia dos empresários gananciosos que se envolvem com a política e controlam o cenário político, de modo que fazem o que querem com o transporte público ao manter uma relação quase incestuosa de política com o serviço de transporte público”, afirma o militante.

• A estatização do transporte

Um ponto levantado pelo advogado e militante do movimento, Luiz Gustavo, é o fim do transporte público privatizado. “Queremos também a municipalização do transporte público. Por ser um serviço fundamental para a cidade, ele deve ser fornecido para a população como é o serviço de saúde e educação, ou seja, ambos gratuitamente promovidos pelo próprio Estado. A precariedade do sistema se deve a uma má gestão e ao descompromisso dos empresários com a população. É uma verdadeira maldade. Para eles, não falta dinheiro, pois a tarifa de R\$2,25 é bem maior do que o valor que seria o real (R\$1,92). É uma maldade também de todos os prefeitos que passaram pela capital sergipana. Não é algo atual. Para que se tenha uma ideia do problema, se houver uma busca nas redes sociais ou nos sites sobre os ônibus em Aracaju, haverá um ônibus quebrado. E se o sistema continuar nas mãos dos empresários, isso vai acontecer sempre. É óbvio que um veículo pode quebrar uma vez ou outra. Afinal, são centenas de veículos. Mas todos os dias? Isso é inaceitável”, diz o coordenador. Ele expõe ainda que o povo está cansado da desculpa de aumentar a passagem para melhorar o transporte. “Isso não funciona mais, pois todos os anos anteriores, exceto este ano e 2012, a passagem sempre aumentou e a qualidade do transporte não acompanhou esse aumento, muito pelo contrário. Por isso que defendemos a retirada dos empresários a frente do transporte público e uma gestão do transporte pela própria população”, acrescenta.

• União sem líder

Gustavo revela que o movimento não possui hierarquia e está desprovido de presidentes ou líderes. “Nós tentamos manter o máximo de horizontalidade possível do

movimento para que todos possam participar com força e vontade. A única divisão que fazemos são as coordenações. Nós fazemos seminários periódicos e, nesses encontros, nós renovamos as coordenações. Hoje temos a coordenação jurídica, da qual eu faço parte, a de comunicação e de articulação com outros movimentos sociais. Assim, cada um vai se inserindo e fortificando o Movimento. Nós tentamos nos manter da forma mais autônoma possível, mas contamos com a colaboração de sindicatos e outros movimentos sociais, que nos emprestam carros de som e imprimem panfletos nossos nas suas gráficas”, menciona.

• Atos violentos

Sobre as ações de vândalos durante as manifestações que estão acontecendo nos últimos meses também em Aracaju, o coordenador Demétrio Varjão respalda que o Movimento Não Pago sempre foi pacífico, mas não se deve criminalizar quem atacou patrimônios públicos. “O Movimento não Pago sempre foi pacífico e visa só reivindicar avanços no transporte e denunciar irregularidades. Esta discussão de violência nunca fez parte do nosso calendário de atividades. Nunca quisemos confronto com a polícia. Obviamente que nas manifestações que aconteceram, houve pessoas que se infiltraram e perderam o controle, mas isso é reflexo de tanta revolta e indignação quando se humilham para lidar com ônibus velhos e sem renovação. A nossa análise sobre isso é que não se deve criminalizar as pessoas por aquilo que está acontecendo. Nós precisamos avaliar melhor essas ações porque a gente enxerga que as pessoas que cometem esses atos, por mais reprováveis que sejam, são cidadãos que não podem ser considerados à margem da sociedade. Não são indivíduos que, no seu dia a dia, querem cometer atos de vandalismo que prejudiquem



Enxergamos essa adesão dos cidadãos com naturalidade”

Demétrio Varjão |
Coordenador do “Não Pago”

ambientes públicos, afirma.

Ele ressalta que todo ato de violência apresentado nas manifestações é em resposta a atos de violências diárias que a população sofre com o serviço público. “Esta indignação não existe de graça. Ela tem uma causa, pois as pessoas não estão nas ruas por nada. Os problemas vão desde o transporte, até a precariedade da saúde e da educação, ou seja, tudo tem uma causa. Entendemos que o ideal é fazer uma reflexão e tentar entender qual é a verdadeira origem desta revolta. E quando a gente investiga a origem, vê que essas pessoas sofrem diariamente com a violência de pegar um transporte público precário, esperando mais de uma hora nos terminais e pontos de ônibus, dividindo os veículos com baratas e até ratos. 45% dos ônibus que circulam já funcionam há mais de sete anos. Inclusive falta até manutenção nas peças que compõem os ônibus. São muitas mazelas que estão degradando os trabalhadores. Esta luta não pode parar, é intensa”, explana.

Demétrio Varjão finaliza ao confirmar que, até a próxima semana, as pessoas que diretamente fazem parte do movimento deverão se reunir junto com o Acorda Aracaju para fazer um saldo das manifestações e elaborar um novo calendário de atividades que serão empreendidas nas ruas, em contato direto com os trabalhadores.